

## ÍNDICE

À GUIA DE INTRODUÇÃO	5
I. NOÇÃO DE INCIDENTE PROCESSUAL	7
II. INCIDENTES DA INSTÂNCIA	11
1. Generalidades	11
2. Disposições Gerais	12
2.1. Regra geral	12
2.2. Indicação das provas e oposição	13
2.3. Limite do número de testemunhas e registo dos depoimentos	15
2.4. Alegações orais e decisão	17
3. Verificação do valor da causa	19
3.1. Atribuição de valor à causa e sua influência	19
3.2. Critérios gerais para a fixação do valor	22
3.3. Critérios especiais	27
3.4. Momento a que se atende para a determinação do valor	31
3.5. Valor da ação no caso de prestações vincendas e periódicas	37
3.6. Valor da ação determinado pelo valor do ato jurídico	39
3.7. Valor da ação determinado pelo valor da coisa	42
3.8. Valor das ações sobre o estado das pessoas ou sobre interesses imateriais ou difusos	46
3.9. Valor dos incidentes e dos procedimentos cautelares	49
3.10. Poderes das partes quanto à indicação do valor	53
3.11. Fixação do valor	57
3.12. Valor dos incidentes	61
3.13. Determinação do valor quando não sejam suficientes a vontade das partes e o poder do juiz	64
3.14. Fixação do valor por meio de arbitramento	66
3.15. Consequências da decisão do incidente do valor	66

4.	Intervenção de terceiros	69
4.1.	Generalidades	69
5.	Intervenção principal espontânea	72
5.1.	Intervenção de litisconsorte	72
5.2.	Posição do interveniente	75
5.3.	Intervenção por mera adesão	76
5.4.	Intervenção mediante articulado próprio	79
5.5.	Processamento subsequente	81
6.	Intervenção Principal Provocada	83
6.1.	Generalidades	83
6.2.	Âmbito	85
6.3.	Efetivação do direito de regresso	91
6.4.	Oportunidade do chamamento	93
6.5.	Termos em que se processa	96
6.6.	Valor da sentença quanto ao chamado	100
7.	Intervenção acessória provocada	101
7.1.	Generalidades	101
7.2.	Campo de aplicação	103
7.3.	Dedução do chamamento	107
7.4.	Termos subsequentes	109
7.5.	Tutela dos direitos do autor	114
8.	Intervenção acessória do Ministério Público – Como se processa	115
9.	Assistência	118
9.1.	Generalidades	118
9.2.	Conceito e legitimidade da assistência	119
9.3.	Intervenção e exclusão do assistente	122
9.4.	Posição do assistente – Poderes e deveres gerais	125
9.5.	Posição especial do assistente	129
9.6.	Provas utilizáveis pelo assistente	131
9.7.	A assistência e a confissão, desistência ou transação	132
9.8.	Valor da sentença quanto ao assistente	133
10.	Incidente de oposição	135
10.1.	Generalidades	135
10.2.	Conceito de oposição espontânea – Até quando pode admitir-se	138
10.3.	Dedução da oposição espontânea	141
10.4.	Posição do oponente – Marcha do processo	141
10.5.	Marcha do processo após os articulados da oposição	144
10.6.	Atitude das partes quanto à oposição e seu reflexo na estrutura do processo	145
10.7.	Oposição provocada	147

10.8. Citação do oponente	149
10.9. Consequência da inércia do citado	151
10.10. Dedução do pedido por parte do oponente – Marcha ulterior do processo	155
11. Oposição mediante embargos de terceiro	156
11.1. Generalidades	156
11.2. Fundamentos dos embargos de terceiro	159
11.3. Embargos de terceiro por parte dos cônjuges	167
11.4. Dedução dos embargos	171
11.5. Fase introdutória dos embargos	174
11.6. Efeitos da rejeição dos embargos	179
11.7. Efeitos do recebimento dos embargos	180
11.8. Processamento subsequente ao recebimento dos embargos	182
11.9. Caso julgado material	186
11.10. Embargos de terceiro com função preventiva	188
12. Habilitação	190
12.1. Generalidades	190
12.2. Quando tem lugar a habilitação – Quem a pode promover	194
12.3. Regras comuns de processamento do incidente	200
12.4. Processo a seguir no caso de a legitimidade já estar reconhecida em documento ou noutro processo	205
12.5. Habilitação no caso de a legitimidade ainda não estar reconhecida	209
12.6. Habilitação no caso de incerteza de pessoas	217
12.7. Habilitação do adquirente ou cessionário	221
12.7.1. Generalidades	221
12.7.2. Âmbito	223
12.8. Habilitação perante os tribunais superiores	227
13. Liquidação	231
13.1. Generalidades	231
13.2. Ónus de liquidação	234
13.3. Dedução da liquidação	239
13.4. Termos posteriores do incidente	241
13.5. Liquidação por árbitros	246
14. Impugnação de documentos	249
14.1. Generalidades	249
14.2. Impugnação da genuinidade de documentos	253
14.3. Prova	259
14.4. Elisão da autenticidade ou da força probatória de documentos	261
14.5. Arguição pelo apresentante	266
14.6. Resposta	267

14.7. Instrução e julgamento	270
14.8. Processamento como incidente	273
14.9. Falsidade de ato judicial	277
15. Incompetência Relativa	284
15.1. Generalidades	284
15.2. Em que casos se verifica	285
15.3. Regime da arguição	286
15.4. Conhecimento oficioso da incompetência relativa	289
15.5. Instrução e julgamento da exceção	294
15.6. Regime no caso de pluralidade de réus	298
15.7. Tentativa ilícita de desaforamento	300
15.8. Regime da incompetência do tribunal de recurso	302
16. Garantias da imparcialidade	304
16.1. Generalidades	304
16.2. Casos de impedimento do juiz	306
16.3. Dever do juiz impedido	317
16.4. Causas de impedimento nos tribunais coletivos	320
16.5. Normas estatutárias sobre impedimentos de juízes	322
16.6. Consequência jurídica de atos processuais de juízes em situação de impedimento não declarado	324
16.7. Impedimentos do Ministério Público e dos funcionários da secretaria	325
16.8. Impedimentos estatutários dos magistrados do Ministério Público	329
16.9. Pedido de escusa pelo juiz	330
16.10. Fundamento de suspeição	335
16.11. Prazo para a dedução da suspeição	343
16.12. Como se deduz e processa a suspeição	346
16.13. Julgamento da suspeição	348
16.14. Suspeição oposta a juiz da Relação ou do Supremo Tribunal de Justiça	351
16.15. Influência da arguição na marcha do processo	352
16.16. Procedência da escusa ou da suspeição	353
16.17. Suspeição oposta a funcionários da secretaria	354
16.18. Contagem do prazo para a dedução	356
16.19. Processamento do incidente	357
BIBLIOGRAFIA	361
ÍNDICE IDEOGRÁFICO	365